

ENSINO

Plano de Educação prevê mais verba ao setor

Programa enviado ao presidente Fernando Henrique estabelece metas para 10 anos

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu ontem o Plano Nacional de Educação (PNE), com metas a serem cumpridas nos próximos dez anos. O documento trata do ensino tradicional e daquele destinado às crianças especiais e indígenas e tem compromissos já para o ano que vem. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, compromete-se a chegar ao fim do governo com uma lista de exigências de infra-estrutura para creches e escolas e a obrigação de credenciamento das instituições de cursos à distância.

Ambicioso, o PNE prevê escolas com infra-estrutura ideal, professo-

res altamente qualificados e o aumento do financiamento da educação brasileira, passando de 4,6% (considerando todas as esferas de governo) para 6,5% do Produto Interno Bruto. Formulado depois de me-

ses de negociação entre o Ministério da Educação, Estados e municípios, as intenções citadas no plano poderão transformar-se em um programa de ação do presidente Fernando Henrique Cardoso, em um eventual segundo mandato. O PNE será encaminhado ao Congresso Nacional.

Para todos os níveis de ensino, os professores, progressivamente, deverão ter nível de formação superior. Para isso, o PNE determina a

criação, a partir do próximo ano, de novos planos de carreira para o magistério, assegurada a promoção por mérito. Ao mesmo tempo, será estimulada a jornada de trabalho em tempo integral para garantir 30 ho-

ras de atividade em sala de aula. Em um ano, os cursos superiores de formação de professores deverão ser reavaliados para oferecer melhor padrão de ensino.

No sexto ano de vigência do plano, o governo quer esten-

der a escolaridade obrigatória no ensino fundamental às crianças de 6 anos. Hoje, a oferta só é obrigatória a partir dos 7 anos. Os governos estaduais e municipais devem atender primeiro a faixa dos 7 aos 14 anos.

A PARTIR DE
98, HAVERÁ
NOVOS PLANOS
DE CARREIRA